

Dilma vai discutir a criação de "pool" no setor

Porto Alegre - A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, disse que trabalha com três ações de curto prazo: estabilizar o Mercado Atacadista de Energia (MAE), buscar uma solução para a descontração e encaminhar a discussão sobre a criação de um "pool" no setor elétrico. Ao mesmo tempo, enquanto analisa estas questões, o ministério quer avançar na universalização do abastecimento de energia, informou Dilma.

Há divergências sobre o número de brasileiros sem acesso ao serviço, com estatísticas que variam de 11 a 17 milhões de pessoas. "Temos de fazer uma mobilização no sentido de equacionar estes milhões de brasileiros excluídos da eletricidade e, portanto, do século XX", afirmou Dilma, durante o seminário "Energia e Inclusão Social", realizado no sábado à noite durante o 3º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS). Ela alertou para o fato de que estes consumidores estão nas regiões mais pobres do País. Mesmo considerando a obrigação que as distribuidoras têm com esta questão, a ministra observou que será preciso mobilizar recursos para a universalização.

Pool seria como um condomínio

Dilma explicou que um "pool" do setor elétrico seria como um "condomínio". Ela ressaltou que esta idéia não é nova. "Existe pool nos Estados Unidos, no País de Gales e no norte da Europa", relatou. "O que nós iremos trabalhar é uma idéia de construir um mecanismo capaz de assegurar a expansão e tarifas baixas", explicou. Dilma observou que o "pool" seria criado por livre adesão.

"O pool é uma organização que permite garantir o abastecimento de energia mediante um processo de contratação entre vários ofertantes, ao mínimo custo, e a transferência aos consumidores por um custo médio", resumiu o professor do programa de pós-graduação em energia da Universidade de São Paulo Ildo Sauer. Ele foi palestrante do seminário "Energia e Inclusão Social", durante o 3º Fórum Social Mundial.

Tarifas pelo custo do serviço

O professor fez uma análise das razões pelas quais o modelo do setor elétrico precisa ser alterado e apresentou sugestões para a reformulação. Sauer afirmou que as tarifas dobraram entre 1995 e 2002, há sete anos não há uma regulação estável no setor e o País está renunciando à vantagem competitiva típica da geração hidrelétrica. Para ele, é necessário retomar a tarifação pelo custo do serviço e reestruturar o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) de forma a garantir eficiência técnica e econômica.

Exclusão tem três níveis

Há três níveis de exclusão do serviço de energia elétrica, na análise da ministra de Minas e Energia. Ela citou a população que não é abastecida por energia, aquela que recebe o serviço de forma precária e os que foram atingidos, no passado, pela construção de grandes hidrelétricas. Durante o seminário no qual participou, Dilma ouviu uma intervenção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que afirma que a construção de usinas deslocou 1 milhão de pessoas no Brasil. O MAB cobra uma solução para o passivo social do setor.

A ministra voltou a defender a importância do planejamento e da estabilidade de regras. Ela também ressaltou um aspecto peculiar do setor, que entra em crise quando há falta de energia e também quando há excesso. "O modelo (atual) não anda, a não ser em equilíbrio perfeito, o que é raríssimo", concluiu. Dilma disse que é preciso encaminhar soluções típicas para alguns problemas, entre eles o da descontração de energia a parcela que está sendo desatrelada dos contratos iniciais. Ela ponderou que este ponto é difícil e será buscada uma solução no menor prazo possível.

Estabilidade

Dilma Rousseff, foi aplaudida pelo público que acompanhou o seminário ao defender o cumprimento da lei e a estabilidade de regras no setor. Dilma afirmou que o papel futuro pretendido pelo governo para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) terá de ser objeto de lei específica. No momento, o que importa é que o órgão não tenha nenhum papel além do previsto em lei, enfatizou a ministra. "Se nós nos ativermos ao cumprimento da lei, nós estaremos construindo um nível de estabilidade, porque a lei neste País não é cumprida", avaliou.

Mesmo com dificuldades, a ministra lembrou que o Brasil construiu empresas do tamanho da Petrobras e da Eletrobrás. "Elas são obras que refletem uma imensa capacidade tanto em termos de saber quanto de organização e gestão do País", afirmou. A ministra disse que será preciso dispor deste saber para construir um novo modelo no setor, além de contar com o ministério, a Aneel e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).